

GESTÃO, SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Políticas Públicas

Ana Paula da C. Amorim Pedrosa-UFRPE - Especialista em Economia Solidária e Mestranda em Extensão Rural e Desenvolvimento Local - anynnhapedrosa@hotmail.com

Ieda Litwak-UFRPE - Economista Doméstica e Mestranda em Extensão Rural e Desenvolvimento Local - iedalitwak_ufrpe@yahoo.com

Resumo

Este trabalho objetiva identificar os limites e possibilidades da ação governamental em projetos de desenvolvimento que se articulam com a Economia Solidária. Dessa forma, o presente trabalho pretende realizar uma incursão na estratégia da política pública do Projeto Brasil Local de Desenvolvimento Local e Economia Solidária fomentada pela Secretaria de Economia Solidária do Governo Federal e o Ministério do Trabalho e Emprego. Lançamos o quadro teórico da discussão que gira em torno da abordagem do Estado enquanto agente fomentador de práticas e ações associativas e solidárias que favorecem o desenvolvimento das comunidades e dos empreendimentos de Economia Solidária. Através de um estudo de caso, analisamos o impacto dessa política pública em duas cooperativas de produção (Cacema e Romane), localizadas na cidade de Campina Grande-Pb e sua contribuição para o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Gestão Pública. Desenvolvimento Local. Economia Solidária. Brasil Local, Brasil Local, Campina Grande-Pb.

1. Introdução

A Economia Solidária vem se instituindo em temática de análise de pesquisadores do Brasil e de outros países, tendo em vista o seu ressurgimento na agenda de debates nas duas últimas décadas como demonstração da ação pública de diversos segmentos sociais. Outrossim, ações públicas de apoio à economia solidária tem se destacado por possuírem potencial contribuição para a politização da sociedade civil, democratização das relações entre Estado e sociedade.

Dessa forma, compreender a economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento implicam concebê-la com apetrechos e ferramentas constituídas como direitos inesgotáveis dos trabalhadores e obrigação do Estado. Nessa perspectiva, ela exprime o ressurgimento de novos direitos de cidadania, produção, reprodução e distribuição igualitária, proporcionando ingresso de todos aos benefícios e recursos públicos, bem como, sinergia, capital social e empoderamento.

As propostas de políticas públicas de fomento às organizações de economia solidária vêm de encontro a uma percepção mais extensa de políticas de geração de trabalho e renda, que não se restringem ao reducionismo econômico, e que não se submetem à ordem de

primazias estabelecida há décadas no País. O grande embate do tecido social e do Estado brasileiro é fortalecer e regularizar essa nova proposta em relação às maneiras de se organizar, socialmente, a atividade produtiva no País de forma igualitária e ao alcance popular, cooperando para o surgimento e ampliação de valores e costumes relativos às relações produtivas solidárias no Brasil.

É neste sentido, que nos conectamos com as perspectivas da Economia Solidária, aqui avaliadas, enquanto ação possibilitadora da geração de novas oportunidades de inserção social pelo trabalho que também busca construir novas relações de trabalho com base nos conceitos da autogestão e democracia participativa. Dessa forma, compreendendo uma estratégia singular de desenvolvimento pautada nas potencialidades e demandas locais.

Partindo desta trajetória, o presente estudo tem como objetivo analisar se a política pública do projeto Brasil Local de Desenvolvimento Local e Economia Solidária desenvolvida na cidade de Campina Grande, consegue efetivamente, alcançar seu objetivo de desenvolvimento socioeconômico dos trabalhadores dos empreendimentos assistidos. Para isso, procuramos verificar se de fato os trabalhadores (as) das cooperativas incorporam e reproduzem os princípios de participação, cooperação tornando-os ideais de luta por uma transformação social. Ainda, averiguamos se houveram mudanças econômicas significativas na vida dos trabalhadores das duas cooperativas analisadas e atendidas pelo projeto.

Investigamos também as dificuldades, deficiências e possibilidades do projeto enquanto política social e econômica. Bem como, realizamos uma revisão bibliográfica acerca do desenvolvimento local e das políticas públicas voltadas para a Economia Solidária e a relação entre estes.

Em face da grandiosidade, responsabilidade e inovação deste programa surge a necessidade de repensar as estratégias de desenvolvimento adotadas pelo mesmo. Deste modo, a problemática que permeou a presente pesquisa, partiu da interpolação sobre os limites e possibilidades que se colocam ao Estado, enquanto principal fomentador das políticas públicas de Economia Solidária e agente possibilitadora de um desenvolvimento alternativo.

A metodologia aplicada nesta pesquisa foi a da abordagem qualitativa, de caráter exploratório, realizado através de um estudo de caso duas cooperativas de produção. Empregaremos o método de observação, conexo a entrevistas semi-estruturadas para a coleta de dados. "Um estudo de caso bem sucedido fornecerá ao leitor uma idéia tridimensional e

ilustrará relações, questões micro políticas e padrões de influências num contexto particular" (BELL, 1993, p.23).

2. O estado como promotor da organização social para o desenvolvimento local

Comunidades com pouca ou nenhuma tradição cooperativa estão aptas a desenvolver uma cultura associativa solidária e responder satisfatoriamente com níveis de participação eficazes em iniciativas e projetos de desenvolvimento apoiados pelo Estado? É, partindo desta indagação, que compreendemos que a participação comunitária pode ser plantada em comunidades que não possuem esta qualidade. Por vezes, pode ser fortalecida em localidades que já possuem este componente.

Estas ponderações são citadas aqui porque se trata de compreender que estes assuntos, acima colocados, em relação à ação do Estado nas comunidades, se explicam sob a égide, neste caso específico, da ação governamental ter por objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico das populações menos favorecidas e atreladas a este, proporcionar meios de fomentar a democracia participativa. Baseado neste cenário, preservar o processo democrático de tomada de decisões, possibilitando o acesso da população aos processos de tomada de poder junto aos órgãos deliberativos da gestão pública quer seja a esfera Municipal, Estatal ou Federal, torna-se condição *sine qua non* (PRAXEDES, 2009).

Em suma, não se discute aqui o formato de um Estado qualquer, sobretudo, de um governo que se encontra em vias de mudança. De uma nova demanda da gestão pública por fomentar espaços públicos de participação popular. Onde os governos não mais deliberam como instância supra-sumo de poder. Ao adotar esta postura, a gestão pública no país assume uma postura re-significada em sua relação com a sociedade civil, onde se prima pela interação entre os agentes estatais e civis (PRAXEDES, 2009).

Exemplo, podemos citar o orçamento participativo, na cidade de Porto Alegre que inaugurou este tipo de política de desenvolvimento. Este avanço no delineamento das Políticas Públicas no Brasil surgiu como resultado da pressão de movimentos populares do Estado do Rio Grande do Sul por participar das decisões governamentais daquele Estado (FRANÇA; LAVILLE, 2006).

O caso, acima citado, ilustra bem que as políticas de desenvolvimento local pautadas na participação popular e no associativismo intervêm nas comunidades de forma singular engendrando o fomento para a redefinição das relações sociais e emancipação social. Estas, inseridas dentro deste plano emancipatório, serão pautadas na conservação de laços de

cooperação, favorecendo o desenvolvimento dos territórios, bem como, mostrando o potencial efetivo deste tipo de política pública (CUNHA, 2002).

Estas visam responder as demandas, especialmente das esferas marginalizadas da sociedade, tidos à margem da inserção social. Essas demandas são decodificadas por agentes do poder, mas influenciadas por uma agenda delineada na/e pela sociedade civil por meio da participação social. O Estado possui recursos que os movimentos sociais não dispõem, por isso, a mobilização destes é para reivindicar a intervenção do Estado sobre as demandas que assolam as comunidades e requerem atuação imediata do poder público.

A nova sociedade mundial está provocando transformações estruturais importantes nos sistemas de poder nacionais e regionais dos países do Sul. Eles se vêem na obrigação de descentralizar progressivamente suas funções de regulação e de criar novos mecanismos de redistribuição de riquezas coletivas em nível local (FRANÇA; LAVILLE, 2006, p. 245).

Assim, o Estado tem assumido o papel de articulador e organizador da economia e da sociedade, em maior ou menor grau é fato, dependendo também de vários fatores, entre eles a própria concepção de ação política e de democracia que tem o governo. Portanto, as políticas públicas de desenvolvimento local, com bases solidárias, necessitam ser apoiadas, porque dentro desta perspectiva residem as garantias históricas da sociedade civil, bem como, a cidadania e a democracia participativa (FRANÇA; LAVILLE, 2006).

2.1 Desenvolvimento local e economia solidária

O debate sobre arquétipos alternativos de desenvolvimento brota no cerne das reflexões sobre os impactos causados no tecido social ocasionados pela exclusão social, assunto que se tornou imprescindível nas agendas de debates do mundo inteiro, perante as recentes mudanças no arquétipo do sistema produtivo vigente, tais como: reestruturação produtiva, neoliberalismo, terceirização, entre outros. Acrescida à temática da exclusão, se verifica a crescente desarticulação destas populações excluídas. Isso se revela, sobretudo, na apatia e desinteresse pelas questões públicas (SINGER, 2004).

Diante deste panorama repleto de infortúnios, principalmente para os trabalhadores que percebem a crise econômica se manifestar de modo inexorável, a perspectiva da Economia Solidária, enquanto fator de desenvolvimento local surge de forma reforçada como lócus de delineamento de alternativas para as camadas populares, a partir de um modelo de desenvolvimento solidário, pautado nos princípios da Economia Solidária. Este novo desenvolvimento solidário ainda ordena suas primeiras iniciativas, mais, sobretudo, se perfazem ações valorosas (SINGER, 2004).

O supremo trabalho do desenvolvimento solidário é oferecer aos excluídos do processo produtivo vigente, chances de compartilhar com os demais trabalhadores da produção social os bens e a divisão igualitária dos mesmos, a partir de formas solidárias. “O desenvolvimento solidário, disponibiliza, desta maneira, aos trabalhadores forças produtivas para que possam se inserir à produção social, em condições de igualdade de oportunidade com os detentores do capital.” (SINGER, 2007, p. 14).

Ainda, o desenvolvimento solidário desempenha o singular papel de comunicar ao tecido social, que é plausível arquitetar uma sociedade em que a confiança entre os seres é recíproca e todos têm a mesma intenção de compor, apesar das fissuras do sistema, as origens de uma sociedade mais justa e igualitária (SINGER, 2004).

Incutido no cerne da sugestão de desenvolvimento local solidário, examina-se uma diferença entre suas ações que se perfazem coletivas e solidárias, tendo como base as iniciativas locais e as ações de desenvolvimento pautadas no sistema vigente. O desenvolvimento, aqui ambicionado, é o que perpassa a comunidade por igual, de maneira que todos possam ser possuidores da prosperidade produzida e favorecer-se dela.

O desenvolvimento solidário se apoia sobre os mesmos avanços do conhecimento, e sua aplicação aos empreendimentos humanos, que o desenvolvimento capitalista. Mas, o desenvolvimento solidário propõe um uso bem distinto das forças produtivas assim alcançadas: estas forças deveriam ser postas à disposição de todos os produtores do mundo, de modo que nenhum país, região ou localidade seja excluído de sua utilização e, portanto, dos benefícios que venham a proporcionar (SINGER, 2007, p.5).

Em suma, a possibilidade de constituição de um desenvolvimento solidário deve conter a inserção de todos os cidadãos para desfrutar de suas benfeitorias, democratizando o acesso e repartição dos bens. A supressão da percepção utilitarista do meio ambiente, enaltecendo a percepção do ser humano; parte integrante da natureza (SINGER, 2004).

Qué es el desarrollo local? Aumentar los bienes exportables simplificando los ecosistemas y expulsando personas junto con la mayor exportación? Por ejemplo em este mundo neoliberal parece que tenemos que enseñar a la gente a llevar sus cuentas, enseñar contabilidad, etc. Y esto cuando vemos lo que se enseña em los cursitos para microemprendedores, es lo que Weber ya llama ba la cuenta de capital. Ya una versión progressista es hablar del “balance social, que incluso se podría aplicar a las empresas privadas. Em esta lucha de valores, nosotros tenemos que pensar em la cuenta de reproducción de la vida, y también de los resultados pecuniários, pero resulta una cosa muy distinta cuando el objetivo no es tener um excedente monetário lo más grande posible, sino tener excedentes par reinvertir em reproducir mejor la calidad de vida de la gente (CORAGGIO, 2004, p. 9).

Acoplada a esta dimensão socioeconômica, política e ambiental do desenvolvimento local temos as bases de um conceito original de desenvolvimento e de novas relações de poder baseadas na solidariedade, na cooperação, sobretudo, que contempla um olhar minucioso sob

a coletividade, articulando o respeito à multiculturalidade e alargando as formas e estruturas de participação. Dessa forma, o desenvolvimento solidário necessita do somatório de diversas ações práticas e da elaboração de estratégias e ferramentas baseadas na Economia Solidária (ECOSOL), bem como, da participação de pessoas dispostas a tornar o desenvolvimento solidário uma alternativa possível a todos.

2.2 Gestão pública e economia solidária

O estímulo a empreendimentos econômicos instituídos de forma associativa e autogestionária vêm recebendo incentivos em diversos países do mundo. Além de promover a democratização da gestão produtiva, ações governamentais de apoio e adesão à Economia Solidária (ECOSOL) se sobressaem pela singular contribuição para a politização da Sociedade Civil, a democratização do Estado e a re-significação das relações entre estas duas esferas de poder.

As reflexões sobre a ação pública destinada a projetos e programas de ECOSOL apresentaram acréscimo significativo nas últimas décadas, diante da demanda de políticas específicas para o setor e das transformações na relação com os movimentos sociais e o próprio Estado.

No país, existem modelos expressivos de ajuda de agentes governamentais e adoção de políticas peculiares para a ECOSOL, que desembocam na institucionalização de espaços de lócus de saberes entre o Estado e o tecido social. Dessa forma, observa-se a ampliação das políticas públicas voltadas ao conjunto de atividades econômicas organizadas de forma coletiva e solidária (FRANÇA; LAVILLE, 2006)

O Congresso Nacional acatou projeto de lei, em 2003, do presidente em exercício, Luís Inácio Lula da Silva, instituindo no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Abertura singular, o Estado brasileiro proporcionou com esta criação para o advento de um poderoso artifício de transformação social; que já se encontrava em curso, provocado pelo impacto da crise do trabalho que vem assolando o País, desde a década de 80 (SENAES/MTE, 2007).

Com a criação desta secretaria, importante passo foi alcançado, alicerçando um novo tempo e novos contornos no delineamento das políticas públicas no país, baseadas na gestão democrática. Para isto, seu objetivo é expandir e fomentar a Economia de comunhão, proporcionando suporte às ações do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (SENAES/MTE, 2007).

Neste âmbito, é que as políticas públicas de ECOSOL devem ser avaliadas dentro de um conjunto vasto de experiências governamentais não pautadas simplesmente no caráter econômico e inclusão produtiva, mas, sobretudo, no que se refere à inclusão social dos atores sociais. Esta sugestão é aferida através do desenho de seu formato (estruturas participativas e sua relação com a comunidade) e no próprio teor desta (estímulo ao associativismo e à autogestão dentre os trabalhadores). (FRANÇA; LAVILLE, 2006).

Assim, as ações de fomento à ECOSOL têm sido interpretadas como demonstração da organização deste movimento social que recorre ao Estado para diminuir os efeitos das ações do mercado sobre o tecido social. E, nesta rede de embates por recursos que o Estado possui, recomendam novas e re-significadas intervenções no conjunto de empreendimentos solidários, nos quais a propositura por uma coletividade forte e organizada surge como fundamental (FRANÇA; LAVILLE, 2006).

Os estudos sobre a atuação, recepção e o impacto da ação do Estado nos empreendimentos e organizações da Economia solidária ainda é descrito de modo bastante resumido e por assim dizer quase inexistente nos postulados que estudam a temática: políticas públicas. Estamos diante de duas vias, por que, ao mesmo tempo em que estes estudos são escassos, eles se tornam extremamente relevantes, quando se observa um movimento de governos interessados no incentivo à emancipação social alçada através do associativismo civil incentivado pelas políticas públicas de desenvolvimento local.

3.3 Economia solidária e o projeto brasil local

O desenho constitutivo do Brasil Local é um fator essencial para os respectivos efeitos almejados, em se considerando a imensidão do território, abrangida pelo projeto. Tal ponto de vista pode ser encontrado na constituição do projeto, no período em que ainda se intitulava Projeto de Projeto de Promoção ao Desenvolvimento Local e a Economia Solidária (PPDLE), em documento da SENAES.

Promover a geração de trabalho e renda e impulsionar o desenvolvimento sustentável e solidário em comunidades historicamente excluídas das ações emanadas pelo poder público, mediante organização de empreendimentos econômicos autogestionários e solidários, tais como cooperativas, associações, empresas recuperadas pelos trabalhadores, constituição de redes, etc. Assim o fazendo, pretende contribuir para o fortalecimento da Economia Solidária e sua afirmação como estratégia de desenvolvimento sustentável (SENAES, 2006, p. 13).

Durante o período de seu cumprimento, o projeto passou por alterações com a modificação de parceiros públicos. Estão desde o começo do projeto: a Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego, SENAES/MTE; a Fundação

VII Encontro Internacional de Economia Solidária

finanças solidárias e desenvolvimento territorial

24, 25 e 26 de novembro de 2011

cidade universitária . são paulo . sp



Universidade de Brasília FUB/UNB e a Fundação Universitária de Brasília, FUBRA. Também participaram na segunda fase do projeto: os Ministérios do Meio Ambiente, através da Agenda 21 e do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome (SENAES/MTE).

Segundo a Secretaria Nacional de Economia Solidária, entre as principais bases que sustentam o projeto Brasil Local, podem ser destacados duas vertentes principais:

A primeira é formada pelo conjunto de experiências de políticas públicas em Economia Solidária, realizadas nas esferas municipal e estadual, que constituíram equipes de Agentes para o desenvolvimento de atividades de fomento ao micro crédito ou assessoria a empreendimentos econômicos solidários; a segunda vertente é constituída pela experiência do Projeto de Etnodesenvolvimento Econômico Solidário das Comunidades Quilombolas, promovido pela SENAES/MTE executado pela Fundação Universitária de Brasília (FUBRA), cujas ações compreenderam o diagnóstico socioeconômico e o levantamento das potencialidades e vocações locais em 216 Comunidades Remanescentes de Quilombo (CRQs), que foram realizadas por 46 Agentes indicados pelas próprias comunidades (SENAES, 2006, p. 11)

A partir desse anexo de conhecimentos concretizou-se a necessidade de um projeto de alcance nacional, com enfoque à promoção da Economia Solidária, enquanto tática de desenvolvimento local.

Em específico, na cidade de Campina Grande-PB destacamos dois empreendimentos solidários que fizeram parte do Projeto Brasil Local, quais sejam: a Cooperativa de Artesanato e Confecções Confecções de Vestuário Afins e Eventos das Malvinas(CACEMA) e a Cooperativa de Confecção e Artesanato, (ROMANE).

A CACEMA surgiu enquanto cooperativa em 2001 com a proposta de ampliar as atividades de um pequeno grupo de produção que trabalhava com vestuário e artesanato no bairro das Malvinas, em Campina Grande. Atualmente a cooperativa trabalha com a produção de bolsas, cintos, bonecas, brincos, chaveiros e outros. Sua linha de produção se destaca pela utilização de tecidos rústicos e algodão colorido como matéria-prima, pela aplicação do Macrame, pelo uso de retalhos e pela inovação e originalidade dos modelos com excelente acabamento (Catálogo de empreendimentos econômicos solidários da Paraíba, 2008).

Já a Cooperativa de Confecção e Artesanato, mais conhecida como ROMANE, surgiu em 2003 com o objetivo de gerar renda para comunidade de São José da Mata, em Campina Grande. O empreendimento produz camisetas para eventos, fardamentos, saias, blusas, bolsas, roupas íntimas, roupas de praia, mantas para sofá, capas de almofadas e tapetes.

A preocupação com o acabamento é um critério em suas produções. Além disso, o aproveitamento e tecidos é um reflexo da concepção do grupo em preservar o meio ambiente (Catálogo de empreendimentos econômicos solidários da Paraíba, 2008).

É dessa forma, que o Brasil Local é um projeto arquitetado para a geração de trabalho e renda através da Economia Solidária. Promove o arranjo de empreendimentos dirigidos pelos próprios trabalhadores(as), proporcionando a estes acesso a políticas públicas de apoio e capacitação. Ainda, é destinado a grupos produtivos autogestionários principalmente dos setores como agricultura familiar, prestação de serviços, artesanato e vestuário, situados em comunidades rurais e urbanas de todo o País (SENAES/MTE).

3. Considerações finais

Pela análise até aqui realizada, concluímos que existe e tem sido bastante recorrente o esforço do movimento da Economia Solidária em conjunto com a sociedade civil e órgãos governamentais em implementar ações com vistas ao desenvolvimento social e econômico das populações excluídas do processo produtivo vigente. Acontece que, para esta alternativa se tornar viável, é preciso que se tenha em mente que o caráter político destas ações precede a dimensão econômica. Porém, a dimensão econômica não pode ser deixada de lado.

Um outro aspecto importante diz respeito ao potencial inovador do projeto que trabalha com os agentes de desenvolvimento pertencentes às próprias comunidades e empreendimentos assistidos. Estes já conhecem as potencialidades e demandas de suas comunidades e, sobretudo, foram escolhidos em assembléia pela maioria dos moradores/associados.

O que percebemos é que o Estado pode, efetivamente, acionar recursos que os grupos da Economia Solidária não possuem. Contudo, em se tratando de uma política de Desenvolvimento local e Economia Solidária, a exemplo do projeto Brasil Local, os dispositivos utilizados no delineamento deste para alcançar níveis de participação social favoráveis são, nitidamente, um esforço para inserir criticamente grupos desarticulados.

Porém, o que percebemos e que se mostrou ser um ponto bastante preocupante e decisivo, porque depende desta configuração agentes/comunidade o sucesso do Brasil Local, foi a insuficiente capacitação proporcionada pelo projeto para estes agentes locais. Ocasionalmente, deste modo, falhas no desenvolvimento de suas atividades nas comunidades e empreendimentos de Economia Solidária.

Segundo os relatos expostos através das entrevistas, podemos intuir que o Brasil Local por se tratar de uma política de desenvolvimento e voltar-se para um público excluído, demanda ações transversais que articulem várias áreas do Estado, para criar um contexto efetivamente propulsor da emancipação e da sustentabilidade. A falta de recursos do

Programa para investir nas demandas dos empreendimentos também dificultou bastante o desenvolvimento do projeto nos dois empreendimentos analisados, Cacema e Romane.

Segundo o que foi exposto através das entrevistas que a falta de recursos do Programa para investir nas demandas dos empreendimentos também dificultou bastante o desenvolvimento deste nos dois empreendimentos estudados.

Quando se trata do suporte proporcionado aos empreendimentos e ao agente de desenvolvimento por parte da entidade de assessoria do projeto os resultados também não foram satisfatórios. A entidade Estadual de assessoria, na visão dos sujeitos da pesquisa não atuou de forma suficiente para orientar os agentes de desenvolvimento solidário. Sua inércia para conduzir os agentes em ações que demandavam maiores estratégias de ingerência foi um dos fatores cruciais que ocasionaram níveis insatisfatórios de aproveitamento do projeto durante a edição estudada nas duas cooperativas de produção.

Enfim, ao término do projeto a cooperativa de artesanato Cacema não sucumbiu. Mas também, durante e depois do projeto, não alcançou melhorias quaisquer em relação à produção, comercialização. Percebemos também, pelo exposto, que nada se transformou quando tratamos de relações sociais entre os associados desta cooperativa. Estes percebem seu trabalho artesanal desenvolvido como se configurando em passatempo ou bico.

Por sua vez, a Romane enfrenta e enfrentou dificuldades não muito diferentes da Cacema. O grupo avalia, como insatisfatória, a ação do projeto na cooperativa. Bem como, dizem não ter percebido nenhuma mudança circunstancial no empreendimento durante a atuação do Brasil Local.

Por fim, o que queremos apreender com esta pesquisa, não é o caráter das iniciativas que foram falhas no projeto. Ao contrário, elucidamos a importância de um novo tipo de política pública com contornos emancipatórios. O projeto, enquanto pertencente à esfera federal, não necessariamente perpassa em todos os estados pelas falhas percebidas na pesquisa como no exemplo citado da cidade de Campina Grande, especificamente, nas duas cooperativas analisadas.

O que propusemos neste estudo foi uma análise, à luz de múltiplas indagações acerca da ação governamental em prol do desenvolvimento local, através da economia de comunhão.

Por conseguinte, os resultados observados, incidiram muito mais indagações que servem, para nós pesquisadores, como base para fomentar melhorias no escopo da temática, aqui estudada. Que estas contribuições não sejam desvanecedoras dos ânimos mais entusiastas que lutam por uma sociedade mais justa e igualitária e, sobretudo, sabem da importância do

Estado nesta mudança estrutural. Que estes resultados sirvam para se amadurecer e aperfeiçoar outras iniciativas governamentais de apoio à economia de comunhão.

As brechas encontradas no Projeto Brasil Local refletem o imaginário no país sobre a Economia Solidária, como sendo, artifício de caridade e assistencialismo. Embora, só muito recente sua imagem foi relacionada ao desenvolvimento local. Uma consequência perceptível deste cenário é que ainda são muito poucos e ineficientes os investimentos do Estado em tecnologias, bens que demandam parcelas maiores de recursos.

Diante deste processo de conquista de espaço na agenda pública, as discussões acerca da temática já são razão para falarmos em um salto crescente de iniciativas válidas. Estas iniciativas requerem constante reciclagem e debates sobre suas intervenções.

Sobretudo, se tratam de ações bem quistas que se encontram em seus primeiros passos. E o debate se torna indispensável para a construção e amadurecimento de vias de fato, que gerem impactos satisfatórios sobre a vida das populações assistidas, dentro do escopo das ações governamentais de promoção da Economia Solidária e o desenvolvimento local.

As brechas encontradas no Projeto Brasil Local refletem o imaginário no país sobre a Economia Solidária, como sendo, artifício de caridade e assistencialismo. Embora, só muito recente sua imagem foi relacionada ao desenvolvimento local. Uma consequência perceptível deste cenário é que ainda são muito poucos e ineficientes os investimentos do Estado em tecnologias, bens que demandam parcelas maiores de recursos.

Diante deste processo de conquista de espaço na agenda pública, as discussões acerca da temática já são razão para falarmos em um salto crescente de iniciativas válidas. Estas iniciativas requerem constante reciclagem e debates sobre suas intervenções.

Sobretudo, se tratam de ações bem quistas que se encontram em seus primeiros passos. E o debate se torna indispensável para a construção e amadurecimento de vias de fato, que gerem impactos satisfatórios sobre a vida das populações assistidas, dentro do escopo das ações governamentais de promoção da Economia Solidária e o desenvolvimento local.

4. Referências Bibliográficas

BELL, J. **Como Realizar um Projecto de Investigação**- Um guia para a Pesquisa em Ciências Sociais e da Educação. Gradiva, 1993.

CORAGGIO, José Luis. **Desarrollo regional, espacio local y economía social**. Versión revisada de la ponencia presentada en el Seminario Internacional “Las regiones del Siglo XXI. Entre la globalización y la democracia local”, organizado por el Instituto Mora, México, 2004. Disponível em <www.coraggioeconomia.org/jlc_publicaciones_ep.htm>. Acesso em novembro de 2010.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. **Economia solidária e políticas públicas: reflexões a partir do caso do programa incubadora de cooperativas, da Prefeitura Municipal de Santo André**. Dissertação (Mestrado em

VII Encontro Internacional de Economia Solidária

finanças solidárias e desenvolvimento territorial

24, 25 e 26 de novembro de 2011

cidade universitária . são paulo . sp



Ciência Política) – Departamento de Ciência Política/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

FRANÇA E FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean Louis. **Economia Solidária: Uma Abordagem Internacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

PRAXEDES, Sandra Faé. **Políticas Públicas de economia solidária: novas Práticas, novas metodologias**. In: Mercado de trabalho, Brasília. IPEA, 2009.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA/MTE (2004). **Plano de AÇÃO 2004/2007/2009**. Brasília: MTE, SENAES. Disponível em: <www.mte.gov.br/senaes>. Acesso em novembro de 2010.

SINGER, P. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**”. In: SANTOS, B. S. (org). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004.

_____. **É possível levar o desenvolvimento a comunidades pobres?** In MELLO, S.L et alli (orgs), Economia solidária e autogestão: encontros internacionais – vol 2. São Paulo: NESOL-USP, ITCPU SP, 2007